

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 99.814 - BA (2018/0154814-4)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : ELENIVALDO MOREIRA DE ARAUJO (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

EMENTA

RECURSO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. QUANTIDADE DE DROGAS. ART. 312 DO CPP. *PERICULUM LIBERTATIS*. FUNDAMENTAÇÃO INSUFICIENTE.

1. A custódia cautelar não pode ser imposta com base, essencialmente, na gravidade abstrata do delito de tráfico de drogas, assentada a motivação em elementos inerentes ao próprio tipo penal. Cumpre ao magistrado vincular o seu *decisum* a fatores reais de cautelaridade, o que não ocorreu no caso em relação ao ora recorrente.

2. Ainda que o Magistrado tenha fundamentado a prisão com base na quantidade de droga apreendida, tal decisão carece de elementos concretos aptos evidenciar o *periculum libertatis*. No caso, nem mesmo houve referência ao peso do material apreendido, mencionando-se apenas que se tratava de uma porção de erva seca, que aparentava ser maconha, uma pedra grande de cocaína, uma pedra grande de *crack*, três pedras menores e uma peteca de cocaína, além de uma balança de precisão. Nesse contexto, a diversidade de drogas apreendidas, no caso, não justifica, por si só, a segregação cautelar.

3. Recurso em *habeas corpus* provido, confirmando-se a liminar anteriormente deferida, a fim de revogar a prisão preventiva imposta ao recorrente, salvo se por outro motivo estiver preso, ficando ressalvada a possibilidade de haver nova decretação de prisão ou a aplicação de uma das medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, caso se apresente motivo concreto para tanto.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, dar provimento ao recurso ordinário nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro e Laurita Vaz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Sustentou oralmente a Defensoria Pública do Estado da Bahia pelo recorrente, Elenivaldo Moreira de Araújo.

Brasília, 03 de outubro de 2019 (data do julgamento).

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator